

Economia

Economia - Brasil

economia@jb.com.br

BC quer mudar acordo com FMI

■ Um dos objetivos é reduzir piso fixado das reservas para que o dinheiro seja usado no combate ao aumento do dólar

ANA CRISTINA DUARTE*

O diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Fernando Figueiredo, confirmou ontem que a instituição está negociando algumas mudanças no acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em outubro do ano passado. A intenção, segundo ele, é garantir o cumprimento das metas de inflação e obter maior flexibilidade no cumprimento dos demais itens do acordo.

A negociação passa pelo uso de parte das reservas cambiais que atualmente são intocáveis, devido ao compromisso com o Fundo. Esses limites foram calculados para assegurar o pagamento de juros da dívida externa, mas o BC quer que esse dinheiro sirva também para combater a alta do dólar. Entretanto, Figueiredo afirmou que o Banco Central dispõe de todos os instrumentos para intervir no câmbio, se for necessário. O diretor do BC esteve ontem no Rio participando de um seminário em comemoração aos 20 anos do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

Em setembro, as reservas ficaram em US\$ 41,943 bilhões, US\$ 817 milhões a mais do que no mês anterior. Com esse resultado, as reservas do país estão acima da meta definida com o Fundo para setembro, que era de US\$ 22 bilhões. Para dezembro, o acordo prevê US\$ 23,3 bilhões.

Dentro de 15 dias, o BC deverá anunciar uma série de medidas para dar maior liquidez ao mercado secundário de títulos públicos. O objetivo, de acordo com Figueiredo, é oferecer maior liberdade ao sistema de



Samuel Martins

Figueiredo, terceiro à direita: BC dará maior liquidez ao mercado secundário de títulos públicos

compra e venda de títulos, permitindo um alongamento da dívida pública. Uma das medidas, segundo ele, seria a mudança do papel dos *dealers* (corretores e distribuidores) do Banco Central, que passariam a atuar como *market makers* (negociadores). Isso acarretaria um maior volume de negócios e, portanto, mais liquidez aos papéis.

Segundo Figueiredo, o Banco Central deverá divulgar ainda um relatório mensal que fornecerá dados sobre a dívida pública, como, por exemplo, a quantidade de títulos públicos que serão emitidos. O Tesouro Nacional deverá também lançar uma agenda de leilões para dar maior previsibilidade aos investidores.

O Banco Central começará a divulgar taxas médias de referência para o mercado de câmbio.

Segundo o chefe do Departamento de Mercado Aberto do BC, Eduardo Nakao, as taxas divulgadas serão um parâmetro para que as instituições façam negócios. "Atualmente existem muitas distorções no mercado porque as instituições fecham operações com base na taxa média divulgada pelo BC no dia anterior (Ptax).

Ontem, o representante do FMI no Brasil, Lorenzo Perez, confirmou que o país cumpriu todas as metas macroeconômicas previstas para o terceiro trimestre, o que praticamente garante acesso aos US\$ 2,36 bilhões referentes à quarta parcela do empréstimo internacional.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, explicou que a dispersão de algumas projeções, como a taxa

de câmbio e a dívida pública, não chegaram a dificultar os entendimentos com a missão do FMI.

O BC está mais atento do que nunca ao movimento de crédito dos bancos porque, desde ontem, as instituições financeiras estão operando com cerca de R\$ 9 bilhões a mais, em função do fim do compulsório para os depósitos a prazo — exigência que obriga as instituições a manterem parte desses recursos depositados no BC. A expectativa do governo é que a medida comece a render frutos logo, o que significaria um aumento dos empréstimos ao consumidor com taxas mais baixas. Especialistas, contudo, acreditam que essas operações só devem crescer a partir do próximo ano.

* Colaboraram Vivian Oswald e Ugo Braga, de Brasília